



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios
Gerência de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONTRATO Nº 051690/2024-SES-DF

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E A EMPRESA DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 07/2002, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO 23.287 DE 17/10/2002 NA FORMA ABAIXO.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, denominada CONTRATANTE, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ, CPF nº 561.015.204-63 na qualidade de Secretária de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 06 de junho de 2022, publicado na Edição nº 47-A do DODF, de 06 de junho de 2022, pg. 3, e a empresa DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 07.897.039/0001-00, denominada CONTRATADA, com sede Rua Antonio Gravata, nº 136 – A, Betania, Belo Horizonte MG, CEP: 30.570-040, Fone: (31) 3374-6768; 3377-7500; 3377-6855, E-mail: dentemed.licitacao@hotmail.com; dentemed@dentemed.com.br, neste ato representada por LEONARDO ANTONIO RODRIGUES CURY, portador(a) do RG 4.010.917 SSP/MG, inscrito(a) no CPF 758.729.606-97, na qualidade de representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 251/2023 – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (137603709), Ata de Registro de Preços nº 251/2023A - SES/DF (137604069), e demais disposições constantes nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O Contrato tem por objeto a aquisição de Equipamentos: Consultório Odontológico e outros, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde – DF, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 251/2023 – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (137603709), Ata de Registro de Preços nº 251/2023A - SES/DF (137604069), e demais disposições constantes nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, que passam a integrar o presente Termo.

3.2. DO DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO LOTE 01/02	UN	QTD
1/8	P08000369	407820	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, contendo: cadeira odontológica, refletor e unidade auxiliar. Com as seguintes Características mínimas: - Estrutura construída em aço maciço, com tratamento antioxidante e pintada em tinta epóxi ou material superior; - Base da cadeira antiderrapante, que dispensa fixação do piso, proporcionando estabilidade; - Ambidestra; - Elevação por sistema pantográfico, confeccionado em chapa de aço, com capacidade de elevação de até 200 kg; - Caixa de comando integrada. Botão liga/desliga de fácil acesso; - Equipo Odontológico com braço de acionamento/ travamento pneumático em metal, revestido por ABS e mesa com tampo em aço inoxidável. Composto por: 01 Seringa tríplice e 03 terminais <i>borden</i> , sendo no mínimo 2 terminais com spray; - Pedal de comando para acionamento das peças de mão, progressivo, possibilitando o controle da velocidade com acionamento em qualquer ponto do pedal; - Seringa tríplice, com bico giratório, removível e autoclavável. Suporte das pontas permite acionamento pneumático individual das peças de mão; - Refletor odontológico de LED Monofocal com puxadores bilaterais. - Unidade Auxiliar com cuba profunda em cerâmica, removível, com ralo e filtro para retenção de sólidos. Sistema de regulagem da vazão da água, para permitir regulagem fina do fluxo de água. Dois suctores, sendo 01 suctor de saliva a ar convencional e um para bomba a vácuo; -Tensão de alimentação 220V/60Hz ou bivolt.	UN	121
2/9	P08002053	427588	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO. Características mínimas: Conexão tipo Borden, dois furos. Corpo em alumínio anodizado natural com canais arredondados de pega. Turbina balanceada com uma rotação de 400.000 rpm ± 20%; montada sobre anéis de borracha sintética; Rolamentos com esfera de cerâmica; spray triplo para refrigeração da broca.	UN	1.433

			Sistema de troca de brocas <i>push button</i> (PB). Acompanha borracha de vedação da conexão e agulha para desobstrução do spray. Autoclavável a até 135°C		
3/10	P08001060	407016	MICROMOTOR. Características Mínimas: Com Spray. Conexão através de terminal tipo Borden dois furos. Corpo em alumínio anodizado. Anel regulador da rotação que possibilita a seleção de velocidade em ambos os sentidos entre 5.000 e 20.000 rpm. Autoclavável a até 135°C	UN	1.278
4/11	P08002055	407010	CONTRA-ÂNGULO. Características Mínimas: Corpo em alumínio anodizado ou liga de alumínio e aço inoxidável. Formato anatômico, acoplável ao micromotor. Transmissão 1:1. Sistema de Fixação de Broca Push Button. Autoclavável a até 135°C	UN	1.296
5/12	P08002058	407018	PEÇA RETA, características mínimas: corpo em alumínio anodizado ou liga de alumínio e aço inoxidável. Formato anatômico, acoplável ao micromotor. Transmissão 1:1. Autoclavável a até 135°C	UN	201
6/13	P08000502	415993	CADEIRA TIPO MOCHO, características mínimas: estofamento em material resistente e antideformante; revestido com PVC, couro ou couro. Regulagem de altura do assento por sistema de gás pressurizado. Regulagem de altura e inclinação do encosto. Base resistente com 5 rodízios. Assento com conformação anatômica, encosto ergonômico. Capacidade de carga mínima: 110 kg.	UN	309
7/14	P08002162	264213	ESTABILIZADOR DE 1 KVA, características técnicas mínimas: potência 1 KVA. Tensão de entrada: 220V/60 Hz ou Bivolt. Tensão de saída: 220V ou 110V. Faixa de regulação: 220 – 250 V/60 Hz. Led com Indicação das condições de funcionamento da rede elétrica. Mínimo de 04 tomadas padrão. Proteções contra: sobreaquecimento, sobrecarga e curto-circuito.	UN	223

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto processar-se-á de forma integral, conforme especificações contidas neste Contrato, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

4.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto deste Contrato. Tal vedação corre ao encontro do entendimento de que o objeto do presente instrumento pode ser executado por apenas uma empresa, a qual detenha as condições técnicas mínimas já apresentadas.

4.3. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO

4.3.1. Os produtos deverão ser entregues, em até **120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data da Assinatura do Contrato Administrativo, em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento;

4.4. As condições de recebimento dos produtos são as seguintes:

4.4.1. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da Contratada;

4.4.2. Apresentar os produtos em suas unidades de acondicionamento (embalagem individual), o número de série;

4.4.3. Os equipamentos deverão ser novos, assim como todos seus componentes, ficando vedada a utilização de peças usadas;

4.4.4. Os equipamentos deverão estar de acordo com a indicativa do fabricante quanto às especificidades técnicas;

4.4.5. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade;

4.4.6. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deterioração do material, conforme art.15, § 7º, inc. III, da Lei nº 8.666/93;

4.4.7. Apresentar no ato da entrega cópia autenticada do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; e/ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e art 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro;

4.4.8. Apresentar, no ato da entrega, impresso na Nota Fiscal, os números de série, a quantidade do material;

4.4.9. Os equipamentos deverão ser entregues juntamente com os manuais em língua portuguesa;

4.4.10. O recebimento será realizado em duas etapas, mediante a entrega dos Equipamentos e da apresentação da documentação correspondente, conforme disposto abaixo:

4.4.11. **Provisório:** Os equipamentos serão recebidos pela Diretoria de Patrimônio, através de carimbo apostado no verso da Nota Fiscal/Fatura (contendo descrição do produto ofertado pela empresa), devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações contidas neste Contrato;

4.4.12. Após o recebimento provisório dos equipamentos na Diretoria de Patrimônio, serão feitos testes para comprovar sua perfeita qualidade e, caso seja verificada qualquer irregularidade, os mesmos deverão ser substituídos por conta e ônus da Contratada;

4.4.13. Termo de Recebimento Provisório - **APÊNDICE III**;

4.4.14. **Definitivo:** Os equipamentos serão recebidos definitivamente após a instalação, em perfeito estado de funcionamento e concluída a fase de treinamento, mediante assinatura do Termo de Recebimento Definitivo - **APÊNDICE IV**;

4.4.15. O Termo de Recebimento Definitivo é um documento eletrônico que estará disponível para impressão pela Contratada, e será emitido em 2 (duas) vias, sendo uma via para a Contratante e outra para a Contratada;

4.4.16. Durante a instalação do equipamento o Termo de Recebimento Definitivo deverá ser preenchido e impresso pela Contratada e assinado pelo Contratante;

4.4.17. Os produtos/serviços entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação, devendo seguir o mesmo rito previsto neste TR;

4.4.18. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

4.4.19. Um representante da Contratada poderá acompanhar a avaliação dos produtos/serviços, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo os testes efetuados na presença de testemunhas em caso de não comparecimento;

4.4.20. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto/serviço fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante;

4.4.21. As caixas contendo os equipamentos poderão ser abertas, por servidores credenciados e autorizados pela **Diretoria de Patrimônio**, para a conferência do Equipamento e de todas as informações e condições contidas no Contrato, sem a perda da garantia do(s) equipamento(s);

4.4.22. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as condições do Contrato e de seus Apêndices.

4.4.23. Os produtos do Contrato não poderão ser encaminhados via correio.

4.4.24. Os produtos deverão ser entregues no local abaixo, conforme especificado no contrato. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

4.4.24.1. **DIRETORIA DE PATRIMÔNIO:** PARQUE DE APOIO – SES-DF, SIA/SAPS, BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000.

4.4.25. O prazo para entrega, estabelecido no subitem 16.1.1, poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados.

4.4.26. Os pedidos de prorrogação de que tratam este subitem serão instruídos e analisados, no que couber, pela GSIE/DFACC e a concessão das alterações, quando for o caso, será autorizada pela SUAG/SES (Artigos 100, 101 e 102 da Portaria nº 170/2018, SES/DF).

4.4.27. Se a Contratada deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente e neste Contrato.

4.5. DA INSTALAÇÃO

4.5.1. Nos primeiros 10 (dez) dias úteis do período de vigência do Contrato, serão marcadas, pela Contratante, reuniões com a Contratada para:

4.5.1.1. Formalizar os documentos e arquivos eletrônicos para troca de informações entre Contratante e Contratada;

4.5.1.2. Detalhar o processo de entrega e instalação dos equipamentos, do qual resultará um Cronograma de Entrega e Instalação, observando os procedimentos e prazos definidos neste Contrato, e compreendendo o repasse, pela Contratante para a Contratada, do endereçamento do local de entrega e instalação dos equipamentos;

4.5.1.3. Definir a emissão de Autorização de Entrega pela Contratante, o que deverá ocorrer com o repasse de endereçamento dos locais de entrega, conforme o Cronograma de Entrega e Instalação. A emissão e entrega da Autorização de Entrega por parte da Contratante definirá o início da contagem do prazo de execução do Contrato;

4.5.2. O fornecedor deverá instalar os equipamentos adquiridos em até 90 (noventa) dias corridos após a entrega do mesmo, em horário comercial, nos dias úteis a ser acordado com a Diretoria de Assistência Integral à Saúde - DASIS, sem ônus adicional ao erário da Rede SES-DF;

4.5.3. A instalação deverá seguir os padrões de boas práticas, conforme consta no Manual EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E O GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO – MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos seus critérios;

4.5.4. Ocorrendo atrasos na instalação dos equipamentos causados por problemas de infraestrutura, e, portanto, não motivados pela Contratada, esta deverá, de imediato, informar o fato, comprovadamente e por escrito, em correspondência protocolada junto a SES-DF, o qual, por sua vez, desde que julgue procedente a ocorrência, estenderá o prazo para instalação. Se, ao final desse prazo, o problema permanecer sem solução, a empresa deverá oficializar o fato junto a SES-DF que, mediante a comprovação e fundamentação da impossibilidade da instalação, irá liberar a parcela de pagamento correspondente. Nesses casos, o pagamento não desonerará a empresa Contratada da obrigação da instalação do equipamento, quando acionada pela SES-DF, dentro da vigência do contrato.

4.5.5. A instalação será realizada na Unidades de Saúde da rede SES-DF, indicadas no contrato, conforme grade de distribuição a seguir:

REGIÕES DE SAÚDE	NÍVEIS DE ATENÇÃO	CÓDIGO SES		P08000369	P08002053	P08001060	P0800205
		CÓDIGO BR		407820	427588	407016	407060
		DESCRIÇÃO		Consultório odontológico	Caneta de alta rotação	Micromotor	Contra-âng
		TOTAL		121	1433	1278	1296
REGIÃO SUDOESTE	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	GSAS 2 - CEO TAG II (134944166)	ST. C NORTE ÁREA ESPECIAL 24 - TAGUATINGA CEP 72115-902	2	10	10	10
		GSAS 3 - CEO UMST (134775595)	ST. CENTRAL BL N - TAGUATINGA CEP 72010-120		18	22	19
	ATENÇÃO PRIMÁRIA (134266381)	GSAP 1 REC - UBS 1 RECANTO	QD 307 AREA ESPECIAL 1 RECANTO DAS EMAS CEP 72621426	1	10	9	9
		GSAP 2 REC - UBS 2 RECANTO	QD 102 AREA ESPECIAL S/N	1	10	9	9

	RECANTO DAS EMAS CEP 72600227				
GSAP 3 REC - UBS 3 RECANTO	QD 104 AREA ESPECIAL S/N RECANTO DAS EMAS CEP 72600423	1	21	7	7
GSAP 4 REC - UBS 4 RECANTO	QD 308 AREA ESPECIAL 1 RECANTO DAS EMAS CEP 72622121		15		
GSAP 5 REC - UBS 5 RECANTO	QD 804 CJ 20B LT 1 RECANTO DAS EMAS CEP 72650760	1	12	12	12
GSAP 5 REC - UBS 7 RECANTO	Rua 01, Chácara 33, Núcleo Rural Casa Grande, Gama/DF.		3		
GSAP 5 REC - UBS 8 RECANTO	DF 280 KM 3 QD 4 SH ÁGUA QUENTE RECANTO DAS EMAS CEP 72667400		3		
GSAP 1 TAG - UBS 1 TAGUATINGA	QNG AREA ESPECIAL 18 19 ST G NORTE TAGUATINGA CEP 72130077 AO LADO DA ESCOLA EC 16	2	16	4	4
GSAP 2 TAG - UBS 2 TAGUATINGA	QND ST D PRAÇA DO BICALHO TAGUATINGA CEP 72120000 AO LADO DOS CORREIOS	1	9	9	9
GSAP 3 TAG - UBS 3 TAGUATINGA	QNL 1 AREA ESPECIAL 2 ST L NORTE TAGUATINGA CEP 72150509	2	12	12	12
GSAP 5 TAG - UBS 5 TAGUATINGA	QSD AREA ESPECIAL 23 ST D SUL TAGUATINGA CEP 72020272	1	17	9	9
GSAP 6 TAG - UBS 6 TAGUATINGA	QSC AREA ESPECIAL ST SUL TAGUATINGA CEP 72016010		8	6	6
GSAP 7 TAG - UBS 7 TAGUATINGA	QNM 36 AREA ESPECIAL ST M NORTE TAGUATINGA CEP 72145600		9	5	5
GSAP 8 TAG - UBS 8 TAGUATINGA	QNL 24 VIA 30 TAGUATINGA NORTE CEP 72161430	1	8	6	6
GSAP 1 AC - UBS 1 ÁGUAS CLARAS	QS 05 LOTE 24 AV AREAL AGUAS CLARAS CEP 71955000		10	3	3
GSAP 1 AC - UBS 2 ÁGUAS CLARAS	QS 8 CJ 410A AREAL AGUAS CLARAS CEP 71973540		3		
GSAP 1 VP - UBS 1 VICENTE PIRES	RUA 4C CHACARA 12 SH VICENTE PIRES CEP 72001185	2	21	18	18
GSAP 1 SAM - UBS 12 SAMAMBAIA	QR 210 CJ 22 SAMAMBAIA NORTE CEP 72316223		12		
GSAP 2 SAM - UBS 2 SAMAMBAIA	QS 611 AREA ESPECIAL 2 SAMAMBAIA NORTE CEP 72331565	2	10	2	2

		GSAP 3 SAM - UBS 3 SAMAMBAIA	QN 429 CJ F SAMAMBAIA NORTE CEP 72329500		6		
		GSAP 3 SAM - UBS 11 SAMAMBAIA	QR 831 CJ 2 SAMAMBAIA NORTE CEP 72338712		12	8	8
		GSAP 4 SAM - UBS 4 SAMAMBAIA	QN 512 CJ 2 SAMAMBAIA SUL CEP 72312702	1	12	1	1
		GSAP 5 SAM - UBS 5 SAMAMBAIA	QN 523 AREA ESPECIAL 01 SAMAMBAIA SUL CEP 72317520		9		
		GSAP 6 SAM - UBS 6 SAMAMBAIA	QS 122 CJ 6 SAMAMBAIA SUL CEP 72304526		9		
		GSAP 7 SAM - UBS 7 SAMAMBAIA	QD 302 CJ 5 SAMAMBAIA SUL CEP 72300639		15	15	15
		GSAP 8 SAM - UBS 8 SAMAMBAIA	QS 314 CJ 5 SAMAMBAIA SUL CEP 72308515 AO LADO DA ESCOLA CEF 312		9		
		GSAP 9 SAM - UBS 1 SAMAMBAIA	QS 408 AREA ESPECIAL 1 SAMAMBAIA NORTE CEP 72318599	2	9	9	9
REGIÃO LESTE	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	GSAS1 - CEO PAR (137068223)	Q 2 - Paranoá, Brasília - DF, 71570-130	4	20	20	20
	ATENÇÃO PRIMÁRIA	GSAP 1 PAR (UBS 1 PAR) (134749556)	QD 21 AREA ESPECIAL CJ 15 PARANOA CEP 71572117		10	9	11
		GSAP 2 PAR (UBS 2 PAR) (134508597)	POSTO DE SAUDE URBANO QD 18 CJ G CENTRO PARANOA CEP 71571800		3	2	2
		GSAP 2 PAR (UBS 4 PAR) (134508597)	POSTO DE SAUDE RURAL JARDIM II DF 285, KM 19 N2 PARANOA		3	2	2
		GSAP 2 PAR (UBS 5 PAR) (134508597)	DF 130 KM 56 QUEBRADA DOS NERES PARANOA CEP 71570990		3	2	2
		GSAP 2 PAR (UBS 6 PAR) (134508597)	NR CARIRU DF 120 AE N1 PARANOA		3	2	2
		GSAP 2 PAR (UBS 7 PAR) (134508597)	DF 270 KM 2 FAZENDA SANTO ANTONIO PARANOA CEP 71570990 (Café sem Troco)		3	2	2
		GSAP 2 PAR (UBS 8 PAR) (134508597)	COLONIA AGRICOLA BR 251 KM 07		3	2	2
		GSAP 3 PAR (UBS 3 PAR) (134518089)	QD 2 CJ 6 AREA ESPECIAL 4 PARANOA PARQUE S/N PARANOA CEP 71587134	1	10	10	10
		GSAP 1 ITAPOÃ (UBS 1 ITAPOÃ) (134542032)	QD 378 AREA ESPECIAL DEL LAGO ITAPOA 1 ITAPOA CEP 71593633		16	15	17

		GSAP 2 ITAPOÃ (UBS 2 ITAPOÃ) (134498697)	Q50 CJ A CONDOMINIO MANDALA DEL LAGO I ITAPOA CEP 71591405		4	2	28
		GSAP 2 ITAPOÃ (UBS 3 ITAPOÃ) (134749556)	QD 378 CJ A DEL LAGO RUA DA ADMINISTRACAO N 4 ITAPOA CEP 71593620		8	8	
		GSAP 1 SSB (UBS 1 SSB) (134530827)	AV COMERCIAL 10 CENTRO SAO SEBASTIAO CEP 71691006		14	24	12
		GSAP 2 SSB (UBS 3 SSB) (135223966)	QD 301 CJ 06 LT 01 RESIDENCIAL OESTE SAO SEBASTIAO CEP 71692725		4	3	3
		GSAP 4 SSB (UBS 9 SSB) (134572578)	RUA DA ESCOLA 540 SAO SEBASTIAO VILA NOVA CEP 71693168		2	2	2
		GSAP 3 SSB - UBS 1 MANGUEIRAL (135039542)	PRACA DE ATIVIDADES 02 LOTE 01 JARDIM BOTANICO CEP 71699195	2	6	6	6
REGIÃO SUL	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	GSAS 1 - CEO GAMA (134667547)	ST. CENTRAL ÁREA ESPECIAL 01 - GAMA CEP 72405-901		20	20	20
	ATENÇÃO PRIMÁRIA (134913197)	GSAP 1 GAMA - UBS 1 GAMA	EQ 6/12 AREA ESPECIAL ST SUL GAMA CEP 72415318	1	20	20	20
		GSAP 1 GAMA - UBS 9 GAMA	RUA LIBANIO 13 ENGENHO DAS LAGES GAMA CEP 72492215		5	5	5
		GSAP 1 GAMA - UBS PONTE ALTA CHÁCARA 99 - PONTO DE APOIO UBS 12	ROD DF 290 KM 141 PONTE ALTA GAMA CEP 72457994 ANTIGO POSTO DA RECEITA FEDERAL		5	5	5
		GSAP 2 GAMA - UBS 2 GAMA	QD 11 ST SUL GAMA CEP 72410600	2	20	20	20
		GSAP 3 GAMA - UBS 3 GAMA	EQ 3/5 ST LESTE GAMA CEP 72450035	2	20	20	20
		GSAP 4 - UBS 4 GAMA	PC 3 NORTE ST LESTE GAMA CEP 72460120	2	20	20	20
		GSAP 5 - UBS 5 GAMA	QD 38 AREA ESPECIAL LESTE ST CENTRAL GAMA 72405380	2	20	20	20
		GSAP 6 GAMA - UBS 6 GAMA	EQ 12/16 AREA ESPECIAL ST OESTE GAMA CEP 72425125	3	20	20	20
		GSAP 6 GAMA - UBS 11 GAMA	ROD DF 475 KM 5 PONTE ALTA NORTE GAMA CEP 72457993 AO LADO DA ESCOLA CLASSE		5	5	5
		GSAP 7 GAMA - UBS 7 GAMA	AREA ESPECIAL 01 ESTADIO BEZERRAO	3	15	15	15

			ST CENTRAL GAMA CEP 72405610				
		GSAPP - UBS 15 GAMA	GRANJA LUIS FERNANDO AREA ESPECIAL 1 ST LESTE GAMA CEP 72460000 PENITENCIARIA FEMININA DF		5	5	5
		GSAPP - UBS 16 GAMA	GRANJA LUIS FERNANDO AREA ESPECIAL 2 ST LESTE GAMA CEP 72460000 PENITENCIARIA FEMININA DF		5	5	5
		GSAP 1 SANTA MARIA - UBS 1 SANTA MARIA	QR 207/307 CONJ T LOTE 02 SANTA MARIA CEP 72507520	2	20	20	20
		GSAP 2 SANTA MARIA - UBS 2 SANTA MARIA	EQ 217/317 LT E SANTA MARIA CEP 72547305	2	15	15	15
		GSAP 2 SANTA MARIA - UBS 5 SANTA MARIA	QR 100 CJ I QR 100 CJ C SANTA MARIA CEP 72500413/72500400		5	5	5
		GSAP 4 SANTA MARIA - UBS 3 SANTA MARIA	EQ 213/313 QR 213/313 CJ E SANTA MARIA 72543300	1	5	5	5
		GSAP 4 SANTA MARIA - UBS 8 GAMA-DVO	EQ 417/517 MOD E SANTA MARIA CEP 72547325		5	5	5
REGIÃO CENTRO SUL	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	GSAS 2 - CEO - GUARÁ I (137998020)	QI 06, Lote C s/n, Área Especial, Brasília - DF, 71010- 006	4	20	8	8
	ATENÇÃO PRIMÁRIA (137569106)	GSAP 1 ESTRUTURAL - UBS 1 ESTRUTURAL	AREA ESPECIAL 02 AVENIDA CENTRAL CENTRO DE SAUDE ESTRUTURAL CEP 71255020	2	12	11	11
		GSAP 1 ESTRUTURAL - UBS 2 ESTRUTURAL	SCIA QD 2 GUARA CEP 71250300		9	7	7
		GSAP 1 GUARÁ - UBS 1 GUARÁ	QI 06 AREA ESPECIAL LT A 1 GUARA I CEP 71010634	1	15	11	11
		GSAP 2 GUARÁ - UBS 2 GUARÁ	QE 23 AREA ESPECIAL 01 GUARA II CEP 71025000	1	11	11	11
		GSAP 3 GUARÁ - UBS 3 GUARÁ	QE 38 AREA ESPECIAL 1 GUARA II CEP 71070380	1	12	11	11
		GSAP 4 GUARÁ - UBS 4 GUARÁ	QELC QE 2/3 GUARA CEP 71100090		6	3	3
		GSAP 4 GUARÁ - UBS CPP	Lotes 1600 e 1680, Sia Trecho 4 - Brasília, DF, 71200- 040	1	6	1	1
		GSAP 1 PARK WAY - UBS 1 PARK WAY	AREA ESPECIAL S/N RURAL VARGEM BONITA EQD01NB SIAB 429 N1 PARK WAY CEP 71715520		3	4	4

		GSAP 1 NÚCLEO BANDEIRANTE - UBS 1 NÚCLEO BANDEIRANTE	RUA 02 AREA ESPECIAL ENTRE LOTE 01/02 METROPOLITANA CEP 71730000	1	15	15	15
		GSAP 1 CANDANGOLÂNCIA - UBS 1 CANDANGOLÂNDIA	EQD 5/7 AREA ESPECIAL CANDANGOLÂNDIA CEP 71725400	1	8	7	7
		GSAP 1 RIACHO FUNDO I - UBS 1 RIACHO FUNDO I	QN 07 AREA ESPECIAL 09 - RIACHO FUNDO I N9 RIACHO FUNDO CEP 71805739	2	6	13	13
		GSAP 2 RIACHO FUNDO I - UBS 2 RIACHO FUNDO I	QN 01 AREA ESPECIAL 01 CJ 32 N01 RIACHO FUNDO I CEP 71805132		5	3	3
		GSAP 1 RIACHO FUNDO II - UBS 1 RIACHO FUNDO II	QC 06 CJ 16 LOTE 01 AREA ESPECIAL 1 AREA ESPECIAL 01 RIACHO FUNDO II CEP 71882266	1	12	14	14
		GSAP 1 RIACHO FUNDO II - UBS 4 RIACHO FUNDO II	CAUB I AREA ESPECIAL N 01 CAUB I 01 RIACHO FUNDO II CEP 71884690	1	3	14	14
		GSAP 2 RIACHO FUNDO II - UBS 5 RIACHO FUNDO II	3A QS 09 RIACHO FUNDO II CEP 71884376	4	25	25	25
REGIÃO NORTE	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	GSAS 1 - CEO-SOB (134372773)	QD 12 – ÁREA ESPECIAL – SOBRADINHO	3	29	31	31
		GSAS 2 - CEO-PLA (136490645)	SETOR OESTE - PLANALTINA	4	23	22	22
	ATENÇÃO PRIMÁRIA (134893770 e 134980234)	GSAP 1 - UBS 1 SOBRADINHO	QD 1/4 AREA ESPECIAL 22 23 SOBRADINHO CEP 73050140		1	4	5
		GSAP 2 - UBS 2 SOBRADINHO	QD 3 AREA ESPECIAL 1 SOBRADINHO CEP 73031002 ENTRE CJ D E		8	10	7
		GSAP 4 - UBS 3 SOBRADINHO	CONDOMINIO NOVO AREA ESPECIAL ST DE MANSOES NOVA COLINA SOBRADINHO CEP 73270630		12	15	16
		GSAP 4 - UBS 4 SOBRADINHO	DF 440 CONDOMINIO RESIDENCIAL SERRA VERDE KM 12 NR DE SOBRADINHO CEP 73271990		5	5	5
		GSAP 1 - UBS 5 SOBRADINHO	VILA BASEVI AREA ESPECIAL 1 NR LAGO OESTE SOBRADINHO CEP 73100715		3	3	3
		GSAP 1 - UBS 6 SOBRADINHO	DF 001 KM 120 R 8 CH 187 NR LAGO OESTE SOBRADINHO 73100000		2	1	2
		GSAP 3 - UBS 1 SOBRADINHO 2	AR 13 AREA ESPECIAL CJ 7 LT 1	2	12	10	13

	SOBRADINHO II CEP 73062307				
GSAP 5 - UBS 2 SOBRADINHO 2	DF 420 SOBRADINHO II CEP 73080050 AO LADO DA UPA DE SOBRADINHO EM FRENTE A AR 13		9	15	15
GSAP 6 - UBS 3 SOBRADINHO 2	QD 45A CJ A LT 56 CONDOMINIO VALE DOS PINHEIROS SOBRADINHO II CEP 73088300		4	4	4
GSAP 6 - UBS 4 SOBRADINHO 2	CONDOMINIO MINI CHACARAS QMS 30A AREA ESPECIAL 1 SOBRADINHO II CEP 73081525		3	4	4
GSAP 6 - UBS 5 SOBRADINHO 2	CONDOMINIO MINI CHACARAS QMS 16 RUA 14 CASA 1 SOBRADINHO II CEP 73082120		4	3	3
GSAP 3 - UBS 7 SOBRADINHO 2	QD 5 AREA ESPECIAL A VILA BURITIZINHO SOBRADINHO II CEP 73061345	2	19	18	18
GSAP 7 - UBS 1 FERCAL	DF 150 KM 12 QD 10 CS 14 ENGENHO VELHO FERCAL CEP 73150030		2	2	3
GSAP 7 - PSR 1 FERCAL	Rodovia Df 150 Km 11 Rua Do Mato Chacara, 02 - Sobradinho, Brasília - DF		4	3	2
GSAP 7 - UBS 2 FERCAL	ROD DF 205 OESTE KM 13 NR CATINGUEIRO FERCAL CEP 73151010		2	3	3
GSAP 7 - PSR 2 FERCAL	Df 205 oeste nucleo rural corrego do ouro, 0, Fercal 73060-708		4	4	4
GSAP 7 - UBS 3 FERCAL	SITIO PATRICIA DF 326 KM 8 NR LOBEIRAL FERCAL CEP 73156000		10	10	10
GSAP 1 - UBS 1 PLANALTINA	QUADRA 18 CONJUNTO H AREA ESPECIAL BURITIS IV ST LESTE N 01 PLANALTINA CEP 73320020		3	4	4
GSAP 2 - UBS 2 PLANALTINA	ST RES LESTE VILA BURITIS Q.1 S/N PLANALTINA CEP 73350100		6	9	8
GSAP 1 - UBS 3 PLANALTINA	SETOR HOSPITALAR AREA ESPECIAL S/N CEP SAUDE PLANALTINA CEP 73310902	1	10	14	15
GSAP 8 - UBS 4 PLANALTINA	ESTANCIA NOVA PLANALTINA QD 02 RUA A AREA ESPECIAL ESTANCIA		12	15	17

			PLANLATINA CEP 73401018				
		GSAP 9 - UBS 5 PLANALTINA	QD 12D CJ A ARAPOANGA PLANALTINA CEP 73368392		16	14	15
		GSAP 6 - UBS 8 PLANALTINA	SH VALE DO AMANHECER AREA ESPECIAL 1 PLANALTINA 73370096	3	19	19	19
		GSAP 6 - UBS 9 PLANALTINA	NR L SANTOS DUMONT DF 130 KM 25 PLANALTINA CEP 73365429		4	4	4
		GSAP 4 - UBS 10 PLANALTINA	NR TAQUARA QD 1 AREA ESPECIAL PLANALTINA CEP 73499899		5	5	5
		GSAP 7 - UBS 11 PLANALTINA	NR RAJADINHA II RUA 2 LOTE 16/17 CHACARA RIACHO DOCE PLANALTINA CEP 73370992		4	4	4
		GSAP 7 - UBS 12 PLANALTINA	DF 128 KM 21 ST RES MESTRE DARMAS PLANALTINA CEP 73380150	1	5	5	5
		GSAP 5 - UBS 13 PLANALTINA	NR SAO JOSE AREA ESPECIAL PLANALTINA CEP 73307993		5	5	5
		GSAP 4 - UBS 17 PLANALTINA	NR JARDIM MORUMBI ROD DF 128 KM 4 GLEBA N CHAC 15 PLANALTINA CEP 73307990		2	3	3
		GSPAP 3 - UBS 20 PLANALTINA	ST DE AREA ESPECIAL NORTE 9A PLANALTINA CEP 73310690		9	10	10
REGIÃO CENTRAL	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	HRAN GACIR - UCLC (134881038)	SMHN Q 2 - Asa Norte, Brasília - DF, 70710-100	1	10	10	10
		HRAN GACIR - PS (134293518)	SMHN Q 2 - Asa Norte, Brasília - DF, 70710-100	1	5	5	5
		GSAS 1 - CEO-AN (135377012)	SMHN Q 2 - Asa Norte, Brasília - DF, 70710-100		30	12	12
		GSAS 2 - CEO-AS (134373068)	SHIGS Q 712/912 - Asa Sul, Brasília - DF, 70390-100	8	5	10	10
		ADOLESCENTRO (136800150)	SGAS II SGAS 605 33/34 - Brasília, DF, 70200-650	2			
	ATENÇÃO PRIMÁRIA (134552357)	GSAP 1 - UBS 1 ASA NORTE (134345499)	SGAN MOD D1 905 ASA NORTE CEP 70790054	2	8	7	7
		GSAP 2 - UBS 2 ASA NORTE (134328117)	EQN 114 115 AREA ESPECIAL 01 ASA NORTE CEP 70764400	1	14	12	15

	GSAP 3 - UBS 3 VILA PLANALTO (134056165)	RUA PIAU ACAMPAMENTO PACHECO FERNANDES AREA ESPECIAL 2 VILA PLANALTO CEP 70804190		4	4	4		
	GSAP 1 - UBS 1 ASA SUL	SGAS QD 612 LOTES 38/39 ASA SUL CEP 70200720		11	12	12		
	GSAP 1 - UBS 1 LAGO NORTE (134111617 e 134517123)	SHIN QI 3 AREA ESPECIAL SN LAGO NORTE CEP 71505600		9	9	9		
	GSAP 1 - UBS 5 GRANJA DO TORTO (134517123)	VILA WESLIAN RORIZ AREA ESPECIAL LAGO NORTE 1 GRANJA DO TORTO CEP 70636003		3	3	3		
	GSAP 1 - UBS 1 VARJÃO (134053111)	VILA VARJAO QD5 CONJ A LT 17 AE SET 05 VILA VARJAO DO TORTO CEP 71540400		10	10	10		
	GSAP 1 - UBS 1 CRUZEIRO NOVO (134200257)	SHCES QD 601 LT 01 AREA ESPECIAL CRUZEIRO NOVO CEP 70655610		6	6	6		
	GSAP 2 - UBS 2 CRUZEIRO VELHO (134066170)	SRES LT 04 AREA ESPECIAL ST ESCOLAR CRUZEIRO VELHO CEP 70640008		9	8	8		
	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	HMIB - GACIR UOD (134454616)	Av. L2 Sul SGAS Quadra 608 Módulo A - Asa Sul, DF, 70203-900	1	7	7		
	ATENÇÃO ESPECIALIZADA	HAB - GAMAD (134614203e 135275070)	AENW 3 Lote A Setor Noroeste, Brasília - DF, 70684-831	1				
REGIÃO OESTE	ATENÇÃO ESPECIALIZADA (134801306)	GSAS 1 - CEO- CEI II	QNM 27 ÁREA ESPECIAL 1, QNM 28 - Ceilândia		15	18	13	
		GSAS 1 - CEO- CEI I	QNO 17 AREA ESPECIAL EXPANSAO ST O Ceilândia NORTE CEP 72260700		25	25	25	
	ATENÇÃO PRIMÁRIA (134598945)	GSAP 1 - UBS 1 CEILÂNDIA	EQNP 7/11 ST P NORTE Ceilândia CEP 72240540		1	3	3	3
		GSAP 2 - UBS 2 CEILÂNDIA	QNN 15 LT F Ceilândia NORTE CEP 72225150		2	7	8	5
		GSAP 3 - UBS 3 CEILÂNDIA	QNM 15 ST M Ceilândia SUL CEP 72215150		1	11	11	9
		GSAP 4 - UBS 4 CEILÂNDIA	QNN 16 LT F Ceilândia SUL CEP 72220166		2	6	5	5
		GSAP 5 - UBS 5 CEILÂNDIA	QNM 16 ST M Ceilândia NORTE CEP 72210160		1	6	11	11

GSAP 6 - UBS 6 CEILÂNDIA	EQNP 10/14 LT E F G H Ceilândia CEP 72231500	2	11	9	11
GSAP 7 - UBS 7 CEILÂNDIA	QNO 10 AREA ESPECIAL D, E ST O Ceilândia CEP 72255000	1	9	11	11
GSAP 8 - UBS 8 CEILÂNDIA	EQNP 13/17 LOTES A B C D P NORTE CEP Ceilândia NORTE 72241540		7	6	6
GSAP 9 - UBS 9 CEILÂNDIA	EQNP 28/32 LOTES A B C D P SUL Ceilândia SUL CEP 72235560		10	8	8
GSAP 10 - UBS 10 CEILÂNDIA	QNN 12 AREA ESPECIAL 1 Ceilândia SUL CEP 72220120		10	8	9
GSAP 11 - UBS 11 CEILÂNDIA	QNO 17 AREA ESPECIAL EXPANSAO ST O Ceilândia NORTE CEP 72260700		12	12	12
GSAP 12 - UBS 12 CEILÂNDIA	EQNQ 3 AREA ESPECIAL Ceilândia NORTE 72270300	3	9	9	11
GSAP 13 - UBS 13 CEILÂNDIA	NR BOA ESPERANÇA S/N Ceilândia CEP 72227991 DF 190 KM 2	1	3	3	3
GSAP 14 - UBS 14 CEILÂNDIA	CONDOMÍNIO PRIVE LUCENA RORIZ MOD 12 Ceilândia CEP 72268000	1	3		
GSAP 15 - UBS 15 CEILÂNDIA	QNR 2 AREA ESPECIAL 12 Ceilândia NORTE CEP 72275324	4	14	14	14
GSAP 16 - UBS 16 CEILÂNDIA	QD 500 AE S/N SH SOL NASCENTE Ceilândia CEP 72243500	1	15	15	15
GSAP 17 - UBS 17 CEILÂNDIA	EQNP 16/20 AREA ESPECIAL E F Ceilândia SUL CEP 72231560		16	16	16
GSAP 18 - UBS 18 CEILÂNDIA	QNN 28 LOTES H I J K GUARIROBA Ceilândia SUL CEP 72220280		3	3	3
GSAP 1 - UBS 1 BRAZLÂNDIA	EQ 6/8 AREA ESPECIAL 3 ST NORTE BRAZLANDIA CEP 72710067		6	5	5
GSAP 2 - UBS 2 BRAZLÂNDIA	QD 45 AREA ESPECIAL VILA SAO JOSE BRAZLANDIA CEP 72745000	1	7		7
GSAP 3 - UBS 3 BRAZLÂNDIA	QD 3 LT 6 AREA ESPECIAL ST VEREDAS I BRAZLANDIA CEP 72725300		1	1	1
GSAP 3 - UBS 5 BRAZLÂNDIA	RESERVA A DF 240 DF 008 DF 445 KM 4 S/N CHAPADINHA		3	3	3

		BRAZLANDIA CEP 72710990				
	GSAP 3 - UBS 7 BRAZLÂNDIA	QD 15 INCRA 8 CAAG BRAZLANDIA CEP 72760120 OU 72760155 OU 72720660		3	3	3
	GSAP 3 - UBS 8 BRAZLÂNDIA	RADIOBRAS CHACARA STA HELENA CAPELA RURAL OESTE BRAZLANDIA CEP 72710990		3	3	3

4.5.6. **A AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA** conterà no mínimo o seguinte:

4.5.6.1. Numeração própria e sequencial;

4.5.6.2. Designação da unidade de Saúde SES-DF e seus respectivos prepostos e endereço (local de entrega e instalação);

4.5.6.3. Quantidade de equipamentos a serem entregues por Unidade de Saúde;

4.5.6.4. Data e assinatura do Gestor da Contratante e do Preposto da Contratada;

4.5.6.5. O prazo máximo para entrega do conjunto de equipamentos referente ao endereço constante de cada Autorização de Entrega será de 90 (noventa) dias corridos;

4.5.6.6. A Autorização de entrega será encaminhada em data a ser definida junto com o Cronograma de Entrega e Instalação.

4.6. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

4.6.1. A Contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES-DF, tais documentos;

4.6.2. A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES-DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos;

4.6.3. Cada profissional deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES-DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, **APÊNDICE V**, Termo de Confidencialidade de Informações;

4.6.4. Cada profissional deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela SES-DF não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES-DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas;

4.6.5. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES-DF;

4.6.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em informação computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante;

4.6.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto;

4.6.8. As obrigações constantes deste Termo não serão aplicadas às informações que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis;

4.6.9. A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante;

4.6.10. A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato sobre a existência deste Termo bem como da natureza sigilosa das informações;

4.6.11. A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios;

4.6.12. A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do contrato é de **R\$ 3.154.152,00 (três milhões, cento e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais)**, procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO LOTE 01/02	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1/8	P08000369	407820	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, contendo: cadeira odontológica, refletor e unidade auxiliar. Com as seguintes Características mínimas:	UN	121	R\$ 13.500,00	R\$ 1.633.500,00

			<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura construída em aço maciço, com tratamento antioxidante e pintada em tinta epóxi ou material superior; - Base da cadeira antiderrapante, que dispensa fixação do piso, proporcionando estabilidade; - Ambidestra; - Elevação por sistema pantográfico, confeccionado em chapa de aço, com capacidade de elevação de até 200 kg; - Caixa de comando integrada. Botão liga/desliga de fácil acesso; - Equipamento Odontológico com braço de acionamento/ travamento pneumático em metal, revestido por ABS e mesa com tampo em aço inoxidável. Composto por: 01 Seringa tríplice e 03 terminais <i>borden</i>, sendo no mínimo 2 terminais com spray; - Pedal de comando para acionamento das peças de mão, progressivo, possibilitando o controle da velocidade com acionamento em qualquer ponto do pedal; - Seringa tríplice, com bico giratório, removível e autoclavável. Suporte das pontas permite acionamento pneumático individual das peças de mão; - Refletor odontológico de LED Monofocal com puxadores bilaterais. - Unidade Auxiliar com cuba profunda em cerâmica, removível, com ralo e filtro para retenção de sólidos. Sistema de regulação da vazão da água, para permitir regulação fina do fluxo de água. Dois suctores, sendo 01 suctor de saliva a ar convencional e um para bomba a vácuo; - Tensão de alimentação 220V/60Hz ou bivolt. 				
2/9	P08002053	427588	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO. Características mínimas: Conexão tipo Borden, dois furos. Corpo em alumínio anodizado natural com canais arredondados de pega. Turbina balanceada com uma rotação de 400.000 rpm \pm 20%; montada sobre anéis de borracha sintética; Rolamentos com esfera de cerâmica; spray triplo para refrigeração da broca. Sistema de troca de brocas <i>push button</i> (PB). Acompanha borracha de vedação da conexão e agulha para desobstrução do spray. Autoclavável a até 135°C	UN	1.433	R\$ 300,00	R\$ 429.900,00
3/10	P08001060	407016	MICROMOTOR. Características Mínimas: Com Spray. Conexão através de terminal tipo Borden dois furos. Corpo em alumínio anodizado. Anel regulador da rotação que possibilita a seleção de velocidade em ambos os sentidos entre 5.000 e 20.000 rpm. Autoclavável a até 135°C	UN	1.278	R\$ 300,00	R\$ 383.400,00
4/11	P08002055	407010	CONTRA-ÂNGULO. Características Mínimas: Corpo em alumínio anodizado ou liga de alumínio e aço inoxidável. Formato anatômico, acoplável ao micromotor. Transmissão 1:1. Sistema de Fixação de Broca Push Button. Autoclavável a até 135°C	UN	1.296	R\$ 300,00	R\$ 388.800,00
5/12	P08002058	407018	PEÇA RETA, características mínimas: corpo em alumínio anodizado ou liga de alumínio e aço inoxidável. Formato anatômico, acoplável ao micromotor. Transmissão 1:1. Autoclavável a até 135°C	UN	201	R\$ 280,00	R\$ 56.280,00
6/13	P08000502	415993	CADEIRA TIPO MOCHO, características mínimas: estofamento em material resistente e antideformante; revestido com PVC, couro ou couro. Regulagem de altura do assento por sistema de gás pressurizado. Regulagem de altura e inclinação do encosto. Base resistente com 5 rodízios. Assento com conformação anatômica, encosto ergonômico. Capacidade de carga mínima: 110 kg.	UN	309	R\$ 550,00	R\$ 169.950,00
7/14	P08002162	264213	ESTABILIZADOR DE 1 KVA, características técnicas mínimas: potência 1 KVA. Tensão de entrada: 220V/60 Hz ou Bivolt. Tensão de saída: 220V ou 110V. Faixa de regulação: 220 – 250 V/60 Hz. Led com indicação das condições de funcionamento da rede elétrica. Mínimo de 04 tomadas padrão. Proteções contra: sobreaquecimento, sobrecarga e curto-circuito.	UN	223	R\$ 414,00	R\$ 92.322,00
VALOR TOTAL							R\$ 3.154.152,00

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I	Unidade Orçamentária:	23901	23901
II	Programa de Trabalho:	10301620242085617	10301620242085612
III	Natureza de Despesa:	449052	449052

IV	Fonte de Recursos:	100000000	838114772
V	Valor Inicial:	R\$ 500.000,00	R\$ 2.654.152,00
VI	Nota de Empenho:	2024NE06246	2024NE06247
VII	Data de Emissão:	06/06/2024	06/06/2024
VIII	Evento:	400091 - EMPENHO DA DESPESA	400091 - EMPENHO DA DESPESA
IX	Modalidade:	1 - Ordinário	1 - Ordinário

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no Decreto nº 8.302/2014;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);

VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).

VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014).

7.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.7. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86, da Lei 8.666/93.

7.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.8.1. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

7.8.2. Antes de cada pagamento, deverá ser exigida da contratada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa), nos termos da alteração ocorrida no art 27 da Lei 8.666/93, em decorrência da Lei nº 12.440 de 2011.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O contrato terá vigência de **12 (DOZE) meses, contados a partir da assinatura do instrumento, persistindo as obrigações decorrentes da garantia**, sendo seu extrato publicado no DODF a expensas do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar individualmente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do respectivo CONTRATO, carta de garantia no montante de **R\$ 157.707,60 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e sete reais e sessenta centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO que será liberado somente após o término de sua vigência, cabendo-lhe(s) optar por uma das modalidades de garantia previstas no Art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

10.2. Indicar o executor interno do contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º.

10.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada.

10.4. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

10.5. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

- 10.6. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 10.7. Emitir "Aceite" do produto a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida neste Contrato;
- 10.8. Comunicar à empresa Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição dos equipamentos objeto deste Contrato;
- 10.9. Efetuar pagamento de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;
- 10.10. Fiscalizar a entrega e rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa Contratada entregar fora das especificações de Referência;
- 10.11. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessárias à entrega/execução do objeto;
- 10.12. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;
- 10.13. Apresentar para a Contratada os locais de instalação dos equipamentos afim de receber as orientações/adaptações necessárias para instalação e pleno funcionamento do equipamento;
- 10.14. Proporcionar todas as facilidades para a Contratada executar o fornecimento do objeto deste Contrato, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências;
- 10.14.1. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive aquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências;
- 10.15. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Contrato, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- 10.16. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;
- 10.17. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Contrato;
- 10.18. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:
 - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- 11.2. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- 11.3. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
- 11.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- 11.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.
- 11.6. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, quaisquer que sejam os seus valores, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) anexo(s) deste ato convocatório.
- 11.7. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços.
- 11.8. Entregar todos os equipamentos com todas as especificações contidas neste Contrato nas Unidades de Saúde contempladas;
- 11.9. Todo o equipamento, bem como sua instalação, deverá estar de acordo com as leis e normas vigentes e pertinentes;
- 11.10. Entregar, juntamente com o equipamento o Manual Técnico Operacional em português e todos os acessórios para o perfeito funcionamento;
- 11.11. Deverá disponibilizar todos os equipamentos com data de fabricação e garantia, e serão avaliados pelos Responsáveis Técnicos da SES;
- 11.12. Assumir a responsabilidade perante os terceiros, quanto à ineficácia do produto e danos que possa causar por qualquer vício do produto, devendo este ser sanado por conta da Contratada;
- 11.13. Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pela disponibilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante;
- 11.14. Providenciar identificação adequada, devidamente reconhecida pela SES-DF, para os funcionários e técnicos prestadores de serviço à Contratante;
- 11.15. Assumir qualquer prejuízo causado aos estabelecimentos da Rede SES-DF e seus patrimônios, resultantes da imperícia, imprudência, negligência e má fé que, comprovadamente possam ser atribuídas aos empregados, durante a execução dos serviços, incluindo todo e qualquer patrimônio público sob a responsabilidade da Rede SES-DF;
- 11.16. Cumprir as normas técnicas e administrativas emanadas do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;
- 11.17. Acatar as Normas de controle de acesso, de saída e entrada de materiais e pessoal, segurança, uso de documentos de identificação individual e funcionamento das instalações da Rede SES-DF, incluindo o uso de refeitórios e vestiários;
- 11.18. Acatar as Normas do Sistema de Gestão da Qualidade da Rede SES-DF e aquelas constantes no Manual Técnico do Equipamento, definidos pela fabricante, quanto ao transporte e acondicionamento de equipamentos;
- 11.19. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto deste Contrato, bem como as despesas de viagem;
- 11.20. Fornecer apenas produtos com Registro na ANVISA/Ministério da Saúde;
- 11.21. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.679, de 24/09/2020, que dispõe sobre a exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal;
- 11.22. Cumprir com o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal;
- 11.23. Cumprir com o disposto na Lei nº 8.078, de 11/11/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias;
- 11.24. Cumprir com o disposto no Decreto nº 39.736, de 28/03/2019, que dispõe sobre a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal;

11.25. Cumprir com o disposto no Decreto 9.178, de 23/10/2017, que altera o Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

11.26. Cumprir com o disposto na Portaria nº 356, de 29/07/2019, da Controladoria Geral do Distrito Federal.

11.27. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

11.28. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

11.29. **DA GARANTIA TÉCNICA**

11.29.1. Para a solução envolvida na contratação, a Contratada deverá prestar garantia de funcionamento dos equipamentos durante o período de 12 (doze) meses, a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo atestando o correto e pleno fornecimento do objeto contratado;

11.29.2. A garantia deverá incluir a atualização dos softwares, manutenções corretivas, com visitas técnicas ilimitadas; qualificação e/ou calibração dos equipamentos, com emissão de certificado e relatório. Todo o material e insumos (inclusive consumíveis e Books para confecção do relatório) necessários às qualificações e manutenções serão por conta da Contratada. Os padrões utilizados para calibração (quando aplicável) devem ser rastreáveis;

11.29.3. Prazo de Garantia de Funcionamento é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constantes do respectivo Termo de Garantia, a Contratada compromete-se em manter os equipamentos por ela fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Contrato.

11.29.4. A garantia deverá ser prestada no local onde o equipamento for instalado;

11.29.5. Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos equipamentos, a empresa Contratada deverá utilizar método que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao equipamento. Tal método deverá garantir que sua violação só ocorra em caso de violação do equipamento. Toda operação de lacre do equipamento, deverá ser identificada na ordem de serviço, ou documento equivalente, da empresa responsável pela instalação/manutenção do equipamento, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento. Cópias desses documentos devem ser entregues aos responsáveis do Contratante e da Contratada no ato da assinatura;

11.29.6. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior;

11.29.7. Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido neste Contrato, e as demais funcionalidades idênticas às das instaladas em fábrica;

11.29.8. Todas as partes e peças sem exceção estarão sujeitas ao mesmo período de garantia 12 (doze) meses aqui determinado.

11.29.9. Durante o período de garantia a firma fornecedora deverá encarregar-se e responsabilizar-se pela retirada, embalagem, frete, conserto e entrega do(s) equipamento(s) sem qualquer ônus à SES; e a descrição das peças substituídas e outros procedimentos corretivos adotados.

11.30. **DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

11.30.1. A Contratada deverá garantir assistência técnica do equipamento, peças e componentes por 12 (doze) meses ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior, para serviços e peças de reposição previstas na garantia, sem ônus para SES-DF, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.30.2. A Contratada deverá responsabilizar-se pela assistência técnica durante o período de garantia;

11.30.3. A Contratada deverá assegurar a assistência técnica, componentes e peças de reposição, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto, caso cessadas, deverá assegurar a assistência técnica, componentes e peças de reposição por pelo menos 05 (cinco) anos após o Término da Garantia;

11.30.4. O serviço de assistência técnica deverá ser efetuado mediante manutenção corretiva durante o prazo de garantia de acordo com o manual e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso sem qualquer ônus adicional para o Contratante;

11.30.5. Durante o prazo de garantia, caso algum equipamento apresente defeito, a contratada providenciará todos os reparos em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, podendo ter prazo prorrogado por mais 3 (três) dias corridos, em caso de indisponibilidade de peças no estoque do fabricante. No caso de apresentar defeitos insanáveis, ela deverá realizar a substituição do(s) equipamento(s), por um idêntico, novo e sem uso, sem nenhum ônus para a Contratante num prazo no máximo de 30 (trinta) dias úteis levando-se em consideração a complexidade do equipamento, e implicará notificação à Unidade Administrativa superior para providências legais e administrativas cabíveis;

11.30.6. Para todo Atendimento Técnico deverá ser feito um relatório detalhado cuja cópia ficará à disposição da Contratante, pelo prazo de vigência do Contrato, do qual conste, no mínimo:

- a) Local no qual a assistência técnica foi acionada;
- b) Nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as assinaturas de todos;
- c) Descrição das peças substituídas e outros procedimentos corretivos adotados.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2. A alteração de valor contratual, a contar da data-limite para apresentação da proposta, tendo como base o IPCA, em periodicidade anual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 de setembro de 2014, assim como eventuais atualizações, que regulamentam a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.2. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.3. As sanções descritas no item 13.2. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

13.4. Das Espécies

13.4.1. As contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014:

I - Advertência;

II - Multa; e

III - Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

13.5. Da Advertência

13.5.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SECRETARIA DE SAÚDE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.6. Da Multa

13.6.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.6.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.6.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.6.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.6.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - O atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.6.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.3.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.6.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.6.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.5.2 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

13.7. Da Suspensão

13.7.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da Contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, a Contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a Contratada deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a Contratada, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a Contratada:

V - apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

VI - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

VII - receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.7.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Secretaria de Estado de Saúde, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.7.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.7.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até **05 (cinco) anos**, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.8. **Da Declaração de Inidoneidade**

13.8.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.8.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.7 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.8.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. **Das Demais Penalidades**

13.9.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.7;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.6.3 e 13.6.4.

IV - As sanções previstas nos subitens 13.6 e 13.7 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais no s 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

V - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

VII - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.10. **Do Direito de Defesa**

13.10.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.10.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.10.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.10.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.10.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e nos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.10.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.4 e 13.5 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.11. **Do Assentamento em Registros**

13.11.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.11.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.12. Da Sujeição a Perdas e Danos

13.12.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste contrato , a contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.13. Disposições Complementares

13.13.1. As sanções previstas nos subitens 13.4, 13.5 e 13.6 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.13.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

14.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente em comum acordo, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e não haja motivo para rescisão unilateral do ajuste, bastando para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Contrato e da Lei 8.666/93.

15.3. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.5.061, de 8 de março de 2013.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

16.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

17.1. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto n.º 16.098 de 29/11/94).

17.2. O Executor do Contrato será indicado pela Subsecretaria de Assistência Integral à Saúde - SAIS/SES.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 8666/93.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

APÊNDICE III

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO	
N.º CONTRATO	
Contratada	
CNPJ	
Telefone (s)	

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no Art. 73, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que os bens e/ou serviços, relacionados no quadro abaixo, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo Edital nº xx/20xx da SES-DF.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UN.
xxx	xxxxxx	UNID	UNID

Ressaltamos que o recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até 15 (quinze) dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do instrumento contratual proveniente do Edital nº XX/20XX.

Brasília-DF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 20__.

APÊNDICE IV
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO	
N.º CONTRATO	
Contratada	
CNPJ	
Telefone (s)	

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas atestam para fins de cumprimento do disposto no Art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que os bens e/ou serviços relacionados no quadro abaixo, possuem as quantidades, configuração, desempenho e a qualidade compatível com as condições e exigências técnicas constantes do Edital nº XX/20XX.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	UN.
xxx	xxxxxx	UNID	UNID

Brasília-DF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 20__.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa
Cargo
CPF nº

Gestor do Contrato
Matrícula
<<Cargo/Função>>
<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula
<<Cargo/Função>>
<<Setor/Departamento>>

APÊNDICE V
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

OBJETO :

CONTRATO Nº:

Contratante, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **Contratante** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **Contratada**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **Contratada** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Estado de Saúde do DF de que a **Contratada** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **Contratante** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **Contratante**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **Contratada** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **Contratante**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratada** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **Contratante**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **Contratada**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI Contratante**.

Parágrafo Sétimo: A **Contratada** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **Contratada** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **Contratada** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **Contratante** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **Contratada** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **Contratante**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **Contratada**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **Contratante**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **Contratada** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20__.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Antônio Rodrigues Cury, Usuário Externo**, em 27/06/2024, às 13:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCILENE MARIA FLORENCIO DE QUEIROZ - Matr.0140975-1, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 27/06/2024, às 18:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **144546912** código CRC= **C5A21B6A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF
Telefone(s):
Site - www.saude.df.gov.br